

CORREIO POLÍTICO

ARCABOUÇO

O presidente da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), faz críticas à proposta do arcabouço fiscal, do ministro da Economia, Fernando Haddad. Segundo ele, ficou um “buraco” da ordem de R\$ 120 a R\$ 150 bi para atingir o superávit primário, que viria da taxação de apostas esportivas e outros pontos que seriam tributados. Outro problema é a falta de um compromisso de reforma administrativa, para reduzir custos.



Críticas de Arnaldo Jardim

Zeros misturados

Na sessão do Congresso em que foi lida a CPMI, na quarta (26), o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) fazia um lanche no cafezinho da Câmara ao lado do senador Magno Malta (PL-ES) quando uma pessoa cumprimentou-o e disse: “Olá,

deputado”. Confundia-o com seu irmão, o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP). Ao perceber o erro, a pessoa pediu desculpas. Bem-humorado, o senador respondeu: “Tem problema, não. Todo mundo mistura o 01, 02 e 03”.

Mesma coisa

Como Jair Bolsonaro (PL), o governo Lula desconsiderou recomendações das áreas de governança da Petrobras e elegeu membros do conselho de administração que haviam sido considerados inelegíveis.

Daniel Silveira

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou o julgamento sobre a legalidade do indulto concedido pelo ex-presidente Jair Bolsonaro ao então deputado federal Daniel Silveira. Serão julgadas quatro ações.

Demissões

O governo federal anunciou nesta quinta-feira (27) a demissão de mais 58 servidores do GSI (Gabinete de Segurança Institucional). O órgão entrou em crise após a divulgação das imagens de Dias.

Jantar simples

Um jantar marcado pelo governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, para se aproximar do PSDB de São Paulo na última quarta-feira (26) contou com a presença de apenas seis prefeitos.

Discussão sobre PL das Fake News segue polarizada

A versão final será entregue pelo relator do projeto; IDP faz críticas

Por Gabriela Gallo

Está marcada para a próxima terça-feira (02), a votação do Projeto de Lei nº 2630/2020, o PL das Fake News, no plenário da Câmara dos Deputados. Em entrevista na quinta-feira (27), o relator do projeto, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), informou que o texto está tramitando em uma articulação conjunta com o Senado Federal, para onde o projeto seguirá após a apreciação da Câmara.

Por meio de suas redes sociais, Orlando Silva defendeu que o projeto seja uma ferramenta para impedir novos ataques à democracia, como os ocorridos no 8 de janeiro, e atentados violentos, como os recentes ataques a escolas. “Regular as plataformas digitais para evitar que grupos criminosos atentem contra a vida de nossas crianças não é censura. É a luta da civilização contra a barbárie”, escreveu Silva em seu Twitter.

Até o fechamento desta reportagem, a versão final do projeto ainda não havia sido disponibilizada. Segundo o relator do projeto, faltava definir a instituição que vai, efetivamente, fiscalizar e aplicar a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Por enquanto, a especulação é que tal encargo fique com a Anatel, a agência reguladora das telecomunicações.

O PL das Fake News também determina punições na



Votação deve acontecer na próxima terça-feira; Orlando Silva é o relator do texto

divulgação de conteúdos falsos por meio de contas automatizadas, a responsabilização de plataformas digitais na omissão do combate à desinformação e, com isso, a criação de regras de moderação transparentes nas redes. O texto também prevê a extensão da imunidade parlamentar nas redes sociais e remunerar o conteúdo jornalístico usado por provedores nas redes.

Críticas

A resistência contra o projeto é grande. O líder do PL na Câmara, Altineu Côrtes (RJ), fez um levantamento dos votos de cada partido na votação de aprovação de urgência da medida, na terça-feira (25). Segundo o levantamento, a Casa está dividida quanto ao projeto. Os partidos da base de apoio do governo – PT, PSB, Psol, PCdoB, PV e Rede – votaram, por unanimidade, pela aprovação do PL. Em contra-

partida, a maioria do PL – o maior partido da Congresso Nacional – votou contra. PP e União Brasil dividiram-se, mas a maioria foi contrária.

Além disso, a instituição de ensino superior IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa), que tem relações com o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), emitiu uma nota técnica criticando o projeto de lei. A instituição não é completamente contrária ao Projeto de Lei, mas alega que é ainda necessário revisar alguns pontos.

Os professores e pesquisadores consideram que o texto pode colocar em risco justamente sobre a liberdade, responsabilidade e transparência na Internet. Eles declaram que as medidas impõem “a reconceitualização dos elementos do constitucionalismo contemporâneo para o ambiente digital”,

ou seja, os valores constitucionais ainda precisam ser revisados, ampliados e parcialmente modificados para que se adequem nas relações virtuais entre agentes públicos e privados e cidadãos.

Os pesquisadores especificam as medidas que precisam ser implementadas para as grandes empresas digitais e sugerem que as medidas de transparência ativa para as plataformas digitais de grande porte devam prestar informações sobre o funcionamento geral das plataformas aos usuários; assegurar direito ao devido processo, em casos de remoção de conteúdo prevista na lei; prover explicação de decisões automatizadas. Além disso, elas também devem publicar relatórios de transparência e fornecer informações destinadas ao acompanhamento e fiscalização pelos órgãos competentes.

ECONOMIA

CORREIO ECONÔMICO

Debate econômico no Senado

Haddad, Tebet e Campos Neto conversam sobre Selic e inflação

CAGED

Segundo os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, 195.171 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos em março. A criação de empregos cresceu 97,6%, na comparação com 2022, quando tinham sido criados 98.786 vagas. No trimestre, foram abertas 526.173 oportunidades, resultado 15% mais baixo que no mesmo período do ano passado.



Alta de empregos em março

Setores que criaram empregos

Na divisão por ramos de atividade, quatro dos cinco setores pesquisados criaram empregos formais. A estatística foi liderada pelos serviços, com a abertura de 122.323 postos, seguido pela construção civil, com 33.641

postos a mais. Em terceiro lugar, vem indústria de transformação, de extração e de outros tipos, com a criação de 20.984 postos de trabalho. O nível de emprego aumentou no comércio, com a abertura de 18.555 postos.

Agro caiu

Somente a agropecuária extinguiu empregos com carteira assinada no mês passado, com o fechamento de 332 vagas. A mudança da metodologia do Caged não torna possível a comparação com anos anteriores a 2020.

Regiões

Todas as cinco regiões criaram empregos. O Sudeste liderou, com 113.374 postos, seguido pelo Sul, com 37.441 postos. O Centro-Oeste vem com 22.435 postos, Nordeste com 14.115 e o Norte com 10.077.

Estados

Na divisão por unidades da Federação, 22 registraram saldo positivo. Os destaques positivos foram São Paulo (50.768 postos), Minas Gerais (38.730) e Rio de Janeiro (19.427). E os negativos, Pernambuco (-5.266).

Retificação

A comparação considera os dados com ajustes, quando o Ministério do Trabalho registra declarações entregues fora do prazo e retifica os dados de meses anteriores. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

Por Maria Eduarda Angeli*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, participaram de debate no Senado Federal nesta quinta-feira (27). O tema – juros, inflação e crescimento econômico – tem sido central em discussões dentro e fora do Congresso, especialmente frente à onda de críticas disparadas contra o patamar elevado da taxa Selic, que está em 13,75%.

Participaram também da sessão outros nomes, como o ex-chefe do BC Arminio Fraga; o ex-deputado e ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia; e os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Robson Braga de Andrade e Isaac Sidney.

Um dos pontos levantados pelos ministros na discussão foi o impacto das decisões do Ban-



Crescimento do PIB foi outro assunto comentado

co Central na política brasileira e para o povo. “A autonomia do Banco Central é importante para a estabilidade econômica e, portanto, o governo não interfere nas decisões técnicas da autarquia. Mas o Banco Central não pode considerar que suas ações são apenas técnicas. São técnicas, mas são decisões que interferem na política, especialmente os seus comunicados e as suas atas”, apontou Simone Tebet.

A ministra frisou que a inflação atinge majoritariamente

os mais pobres, e foi ecoada por Campos Neto. Segundo ele, a autoridade monetária busca manter a estabilidade financeira com o menor custo possível para a sociedade. “Temos um horizonte de atuação técnica que, por muitas vezes, difere do ciclo político, mas que entendemos – e por isso foi dada autonomia – que ele maximiza o ganho para a sociedade no longo prazo. Não se consegue estabilidade social com inflação descontrolada”, completou.

Fernando Haddad usou grande parte dos discursos para se pronunciar a respeito do sistema monetário, dizendo que o cenário tributário do país é “uma colcha de retalhos ingovernável”. Além disso, argumentou que tem tomado medidas impopulares com objetivo de promover um melhor planejamento. De acordo com o ministro, política fiscal e monetária devem andar juntas. “Não tenho como desassociar o monetário do fiscal. O trabalho tem que ser a muitas mãos, com o monetário fortalecendo o fiscal e o fiscal fortalecendo o monetário”, afirmou.

Apesar das divergências já conhecidas, Campos Neto usou o espaço para reconhecer o esforço feito pelo governo, que pode estabilizar dívidas. “Renúncias tributárias alocam recursos na economia de forma ineficiente. Reconheço esforços de Haddad e Tebet, temos conversado muito”.

*Estagiária

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIROSECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - COMISSÃO DE LICITAÇÃO E PREGÃO

AVISO

A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, torna pública a divulgação do edital convocatório para o credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção de veículos, por demanda, com fornecimento e aplicação de peças de reposição e acessórios originais ou genuínos que atendam às recomendações dos fabricantes para os veículos que compõem a frota da SEAP.

Valor total estimado: R\$ 2.255.884,80
Processo SEI nº 210045/00071/2023.

O edital se encontra disponível no endereço eletrônico sei.fazenda.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de 01 resma de papel A4 para junto à Coordenação de Pregão Eletrônico, situada à Praça Cristiano Ottoni, s/nº, 5º andar, sala 544, Ed. D. Pedro II, Central do Brasil, Centro, Rio de Janeiro - RJ.

Novos títulos do Tesouro Direto

Programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas pela internet, o Tesouro Direto pode ter um título voltado à educação, anunciou o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. Ele também anunciou que o governo estuda usar os papéis como garantias para aluguel e financiamentos. O primeiro conjunto de medidas relativo ao título educacional deve ser anunciado até julho. Para os instrumentos de crédito e de aluguel, ainda não há data definida.